



ARTIGO

Faria Lima, cadê você na discussão da crise climática?

CAROLINE PROLO, FABIO ALPEROWITZ E TIAGO GOMES

O relatório "O estado do clima 2024" declarou em outubro que a Terra está "numa fase nova e imprevisível da crise climática". Entre 2023 e 2024, o aquecimento global ultrapassou a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris, e é questão de tempo até que esse limite seja permanentemente superado. Ninguém previa que fosse acontecer tão rápido.

No Brasil, em 2024 vimos uma das maiores enchentes da História do país no Rio Grande do Sul, com 638 mil desabrigados e R\$ 100 bilhões em prejuízos, seguida da segunda megaeстиagem consecutiva na Amazônia e de incêndios que ainda sufocam cidades do Norte. A economia global começa a sofrer abalos estruturais por causa da crise do clima, em cadeias de suprimentos, infraestrutura e logística. Precisamos agir rápido, global e localmente. E o mercado financeiro é parte fundamental dessa ação.

A descarbonização da economia não deve ser

vista como obstáculo à lógica dos investidores tradicionais. Instrumentos financeiros de transição para uma economia de baixo carbono podem gerar valor econômico significativo ao atender às expectativas de retorno dos investidores enquanto mitigam riscos. Isso considera novas dimensões de risco, como transições regulatórias, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e crescente demanda dos consumidores por práticas sustentáveis. A longo prazo, maximiza o retorno ajustado ao risco.

A medida que riscos climáticos são precificados nos mercados globais, empresas alinhadas à descarbonização reduzem custo de capital e ampliam acesso a uma base de investidores interessados em ativos resilientes com visão de longo prazo. Isso confere à descarbonização uma vantagem competitiva, tornando-a estratégica para investidores que operam na lógica tradicional de risco-retorno, agora expandida para incluir riscos climáticos. A descarbonização fortalece a lógica de mercado, permitindo que os investidores aproveitem oportunidades e reduzam exposição a riscos não tradicionais.

Exemplo dessa dinâmica é o setor agrícola brasileiro, em que a alocação de capital em

práticas sustentáveis já demonstra capacidade de gerar valor econômico. Investimentos em agricultura regenerativa aumentam a produtividade das colheitas e diminuem riscos associados a variações climáticas, melhorando a resiliência do solo e reduzindo perdas causadas por eventos extremos. Isso tem impacto na redução da inadimplência de financiamentos rurais, beneficiando produtores e credores.

Instrumentos financeiros de transição para uma economia de baixo carbono podem gerar valor econômico significativo

Ao mesmo tempo que é forçado a se adaptar ao clima que já mudou, o Brasil tem chance de incorporar à economia real as vantagens competitivas da descarbonização. Até fevereiro de 2025, os países precisarão submeter à ONU a atualização dos seus planos climáticos — Contribuição Nacionalmente Determinada, ou NDC, na sigla em inglês —, listando os objetivos e medidas que pretendem adotar para reduzir suas emissões. Pelas regras do Acordo de Paris, cada nova NDC precisa ser mais ambiciosa que a anterior.

A nova NDC do Brasil, em elaboração pelo

governo federal, tem um motivo extra para ser mais avançada: em 2025 o país assume a presidência da COP30, que acontecerá em Belém, no Pará. O país que sedia a COP é responsável por liderar a negociação e conduzi-la de forma a cumprir a pauta e os objetivos esperados para a reunião. O Brasil precisa liderar pelo exemplo, não apenas apresentando uma NDC mais ambiciosa, como também exortando e conduzindo os demais países a fazer o mesmo.

Uma NDC brasileira mais ambiciosa é necessária e possível. E o mercado financeiro tem um papel a desempenhar nisso. Como visto, financiar e investir em negócios que buscam ativamente reduzir suas emissões é investir em negócios mais eficientes, sustentáveis, mais resilientes e, portanto, com maior potencial de gerar retorno.

A NDC não é apenas um plano de redução de emissões de gases de efeito estufa, mas também um plano de negócios para o Brasil. Interessa ao mercado financeiro brasileiro contribuir para o sucesso desse plano.



Caroline Prolo, Fabio Alperowitz e Tiago Gomes são sócios da fama re.capital